

A REVISTA *O PROGRESSO* E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Marcília Rosa Periotto
Universidade Estadual de Maringá

Ao fundar, em 1846, a revista *O Progresso*, Antonio Pedro Figueiredo tinha por intenção despertar a opinião pública sobre o mal que acreditava impedir a criação de condições favoráveis à instalação do progresso no Brasil. Junto com mais três amigos, também descontentes com a situação de desbarato político que agitava Pernambuco, tratou de fundar um órgão de imprensa que ensinasse *ao povo os seus direitos e deveres* e mostrasse-lhes *os seus verdadeiros amigos, os que curam de melhorar a sua desgraçada condição,(...) um órgão das idéias de progresso social na América do Sul.*

Inaugurada em meio ao cenário das lutas intestinas travadas pela elite pernambucana, dividida em conservadores e liberais, e tendo uma atuação diferenciada do grosso das demais publicações declaradamente nascidas em torno da defesa das facções em contenda, ou para servirem de veículo divulgador de suas idéias, a revista *O Progresso* resultou num acontecimento singular, um empreendimento admirável para a época, tamanha a importância das questões trazidas por seus artigos, que possibilitam revelar o processo histórico brasileiro, principalmente a fase de elaboração de condições favoráveis para a organização e efetivação da burguesia nacional.

Dessa forma, a discussão que pretendia realizar acerca do caminho mais apropriado para colocar o Brasil no eixo mais desenvolvido das relações materiais, seria assumido como um projeto eminentemente educativo, principalmente quando se impôs a tarefa de educadora partícipe do processo de desenvolvimento nacional, fundamentada na profunda convicção do poder da ciência aliada à técnica, entendidos tanto um como o outro como meios imprescindíveis para a concretização das condições modernizadoras que deveriam guiar a prática econômica em todos os setores da produção.

À época de *O Progresso* a situação do país, de modo geral, era adversa a qualquer possibilidade de desenvolvimento material mais organizado e nos moldes em que ocorria nos grandes centros. Em 1840 não se podia afirmar que o país encontrava-se em franca prosperidade, pois, enquanto os países mais desenvolvidos do continente europeu viam-se às

voltas com o excesso de produção e, paralelamente a ele, expulsavam quantidade cada vez maior de trabalhadores substituídos no processo de trabalho pela maquinaria, a produção nacional não florescia a contento, desarticulada, quase que restrita à exportação das matérias-primas que faziam prósperas as nações industrializadas.

A ausência de uma prática econômica similar àquela desempenhada na Europa, o predomínio da atividade agrícola de subsistência, a herança incômoda deixada pelo modo de vida colonial, a subjugação dos interesses nacionais aos interesses da Inglaterra, estabelecidos por força dos tratados comerciais firmados em 1810 e 1827, o progressivo deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sul, principalmente quando a economia cafeeira começou a produzir resultados positivos em detrimento da produção açucareira, a dependência do país aos manufaturados estrangeiros, legavam ao Brasil um quadro profundamente desolador e, ao mesmo tempo, conflituoso.

Esses conflitos, que opunham entre si setores da própria elite dirigente do país, não resultavam os mesmos daqueles em acontecimento na Europa. Lá, duas classes com interesses distintos punham-se em combate. No Brasil tratava-se, inicialmente, de fazer sobressair o grupo político que comandaria o destino econômico do país. Era, portanto, a própria elite em cizânia, cindida naquilo que usualmente habituou-se a denominar como luta dos conservadores contra liberais. Na verdade esta luta consistia em, desde o seu cerne, na afirmação política dos interesses econômicos em disputa, estando sempre em primeiro plano para os conservadores a questão da unidade nacional, identificada com a manutenção do regime monárquico, respaldada no império da ordem e disciplina, tão necessário diante do trabalho escravo e da grande concentração territorial nas mãos de uma elite poderosa.

O esforço realizado por *O Progresso* ao pautar seu discurso por novas formas de condução da sociedade brasileira, realizando uma análise realmente inovadora das condições sociais do país, veio a expressar as necessidades nascidas no interior de uma sociedade em processo de desintegração, iniciado quando da substituição do instrumental do trabalho dependente do homem por máquinas que produzem máquinas. Portanto, diferente daquele processo educativo levado a termo por durante todo seu desenvolvimento, a burguesia principiava a transmitir idéias que obstassem o desenvolvimento das forças produtivas sociais fomentadas por sua prática contraditória, instalando, a partir daí, o primado do natural sobre o da história.

Este processo de naturalização ou de eternização das relações burguesas, embora tenha sido gerado no interior dos centros capitalistas mais desenvolvidos, não deixou de acontecer no

Brasil. O pensamento conservador, da qual essa revista foi membro ativo e competente, cumpriu com esmero seu papel. Nesse ponto é que sua existência se explica, pois a construção de um discurso que primava em fazer progredir o país quando as bases fundantes da civilização burguesa encontravam-se corroídas, exigia de seus articulistas uma identificação não só precisa de idéias, como também considerável congruência na sua aplicabilidade.

Nesse sentido, a delimitação da relação entre o significado educativo posto em seus objetivos e o conteúdo expresso em suas páginas- de modo que as necessidades delineadas pelas relações sociais daquele momento histórico possam ser reveladas em sua totalidade- possivelmente esclarecerá a forma como o geral pode se realizar em território brasileiro, num momento em que a urgência do capitalismo mundial se explicava pela expansão de sua fronteiras e inserção em áreas até então coloniais, já que, a partir de 1850, a luta pela continuidade da sociedade burguesa se centraria na necessidade da abolição do trabalho escravo nas antigas colônias em benefício do trabalho livre.

Assim, para se entender a exata dimensão da criação de *O Progresso*, é preciso considerar as condições de realização do capitalismo mundial. No velho mundo a luta entre proletariado e burguesia revestia-se de um caráter político antes inimaginável e a questão contida em seu íntimo e que ficava mais visível com seus desdobramentos, era a possibilidade de destruição da classe econômica e politicamente dominante e a conversão da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Tanto materialmente, quanto em termos de um novo pensamento, as condições para tal estavam dadas.

No Brasil, ao contrário, a luta em curso tinha por objetivo permitir o desenvolvimento das relações burguesas no montante que havia se desenvolvido em solo europeu. Almejava-se, aqui, o que já se negava no velho continente. Partícipe desse processo, *O Progresso* se faria porta-voz daquelas vias necessárias à marcha do progresso em território nacional, enfatizando em seu debate duas questões fundamentais à compreensão da época que as produziram, tanto na sua forma particular quanto nas de cunho mais geral.

A primeira questão respeita à preocupação de não permitir o desabrochar de condições impeditivas à expansão das forças capitalistas, encobrindo o caráter da luta ao transmudá-la para conflitos. A segunda vincula-se à formulação do debate necessário- a produção de idéias- que garantissem os objetivos apontados acima e da qual a burguesia dependia para sobreviver. Nesse sentido *O Progresso* cresce em importância ao trazer para uma sociedade tradicional e agrícola um discurso que tencionava-se igualar, pelo menos no campo onde as idéias vicejam,

àquele nascido preferencialmente para opor-se ao pensamento avançado feito despontar pela velha sociedade burguesa.

Assim, do mesmo modo que a luta na Europa assumia contornos reformistas, no Brasil pregava-se, com ineditismo, as mesmas idéias de reformas profundas. Reformas institucionais, na propriedade fundiária, na instrução pública, nas relações comerciais e produtivas. Enfim, pregava-se, primordialmente, a reforma do próprio homem, afim de que ele pudesse concretizar o que para a revista era o propósito da atividade humana:

O homem, molécula constituinte da humanidade é o mesmo em todas as épocas históricas, quanto às formas iniciais da sua organização. A sociedade em que ele vive e se desenvolve transforma-o sem dúvida, e lhe imprime um cunho particular; mas a despeito das modificações recebidas, certos elementos constitutivos permanecem imutáveis, são sempre os mesmos em todos os tempos: são as aspirações gerais da natureza humana para a felicidade, caracterizado nas três esferas distintas que a abstração nos permite apanhar no homem, por uma necessidade de bem ser material, por querer de emancipação intelectual e por um desejo de expansão das suas faculdades simpáticas. (*O Progresso*, Tomo 1, p. 26)

Compreendam os articulistas de *O Progresso* que a situação política acirrada pelos sucessivos confrontos partidários impedia a implantação, em moldes mais prolongados, de um programa que observasse a modernização do país. Habilmente trataram de construir um sólido edifício teórico suficientemente capaz de responder às diversas frentes suscitadas por um objetivo de tamanha envergadura. O princípio que daria sustentação a tal procedimento estaria fundamentado na instrução das massas quanto à atitudes mais pacíficas e ordeiras, providência necessária quando se lutava por trilhar o caminho do bem estar material. Como inculcar na população, sempre em vias de rebelião, que a prática do conflito e da sedição acarretava não só prejuízo ao país, mas, fundamentalmente, ao próprio indivíduo?

O primeiro ato dessa tarefa educativa consistia em mostrar àqueles que poderiam influir na composição da Câmara e Senado - os eleitores -, a origem dos problemas brasileiros e, depois, passo a passo, discutir os meios mais adequados para combater o imobilismo e atraso que dominava o país. Para isso era preciso um método, uma série de procedimentos escudados em critérios rigorosamente científicos, procedimentos tais que daria credibilidade ao que pretendiam tornar prática cotidiana.

A urgência em se criar condições para a conciliação nacional, serenando os ânimos e ao mesmo tempo instrumentalizando teoricamente o grupo destinado a gerir o processo de reformas progressistas tinha uma razão de ser, mesmo que perceptivelmente não se dessem conta de se propunham a resolver necessidades oriundas do movimento gerado pelo capitalismo mundial. Nesse sentido, entende-se que a conciliação, defendida enfaticamente no artigo O Regresso, significava, em primeira instância, a vitória da burguesia nacional e a garantia de seu desenvolvimento e efetivação no país:

De certo, se se tratasse de reformar as instituições do nosso país, seria talvez conveniente acomodá-las melhor a realidade, do que se fez em princípio; talvez tivesse sido conveniente, em vez de dar tão larga parte ao elemento democrático, às eleições populares, se aguardasse que a classe média se desenvolvesse e se enrobustecessem; mas hoje que as instituições existem, fora loucura o querer suprimi-las, ou rarea-las; nem tampouco é neste sentido que se deve procurar o remédio. Não discutiremos se é com justiça ou não, mas o certo é que os povos não deixem facilmente que se lhes roube as liberdades que uma vez possuíram... E quanto aos remédios em que se devem cuidar os nossos homens de estado, acham-se eles todos em leis orgânicas que, ao passo que favoreçam o desenvolvimento da classe média, estabeleçam assim, entre a nação e as suas leis constitutivas, um acordo que de certo hoje falta. (*O Progresso*, Tomo I, p. 81)

Portanto, a questão que coube para a revista responder passava pela busca de um caminho viável para a entrada definitiva do capitalismo no Brasil. Assim, no plano da teoria significava demonstrar como o progresso material se realizaria num estado de perfeita ordem moral. Como chegar até esse estado? Constituindo outra moral ao se substituir os interesses privados pelos interesses comuns, afirmando-se que o social- o Brasil que se pretendia progressista- só se efetivaria quando os homens se despissem dos seus interesses particulares. Sendo assim, no plano interno era preciso acabar com as eternas disputas partidárias que só obstavam o progresso e, no plano externo, cabia mostrar que os conflitos oriundos da relação capital-trabalho que gemiam na Europa, não poderiam encontrar guarida no seio dos trabalhadores nacionais- cuja existência se pretendia forjar- dirimindo desta feita a idéia de revolução. A adoção de um plano de reformas, entretanto, exigia que se abandonasse toda e qualquer possibilidade de levar o país a um estado revolucionário, impróprio à propagação e aplicação das leis do progresso:

Por ora não precisamos de revoluções nem de insurreições; o que nos é mister é investigar as causas dos nossos sofrimentos e as reformas que nos podem salvar, e propagarmos pela *imprensa e* pela *palavra* a solução deste importante problema. Quando houvermos preenchido esta tarefa; quando a *opinião* se achar esclarecida e se tiver manifestado claramente em favor de certas e determinadas reformas; se aparecer algum obstáculo que os meios legais não sejam suficientes para remover então será oportuno recorrermos à força e apelarmos para a justiça de Deus na arena das revoluções. (*O Progresso*, Tomo III, p. 864)

Nos artigos em que se referem à situação mundial, principalmente naqueles em que tratam da revolução em França promovida pelos levantes operários, a defesa do trabalho para todos e como algo que remonta à natureza humana assume contornos mais precisos. A saudação feita aos acontecimentos revolucionários não se exprimia por ímpetos iguais aos dos franceses, mas deles se utilizavam para demonstrar a inviabilidade dos atos extremados trazidos pela beligerância entre as classes:

...realizar pacificamente as grandes mudanças sociais e políticas que constituem o alvo da atual revolução é uma tarefa que exige toda a habilidade e talento dos novos árbitros dos destinos da França, e talvez do mundo. Para que se possa realizá-la, deve o governo opor-se a toda e qualquer tentativa de contra- revolução; deve moderar os democratas mais exaltados e refrear a audácia dos malfeitores que sempre se aproveitam de tais circunstâncias para impunemente roubarem a propriedade alheia. (*O Progresso*, Tomo III, p. 812)

Este é um dos aspectos formativos que se pode inferir de seus artigos. Ao se utilizarem dos acontecimentos revolucionários franceses, não deixam de fazer sobressair seus pontos positivos por serem estes adequados ao que se pretende ensinar. Se o maior mérito da revolução foi a garantia ao trabalho, por outro lado ela deixou uma lição inesquecível. Para se conquistar um estado de perfeita bonança, não se é preciso apelar para o conflito podendo, essa transição, se efetuar num clima de concórdia desde que os homens abram mão dos seus interesses particulares, da natural ganância que qualquer ser humano comporta, submetendo-os aos de toda a sociedade e admitindo esta realização como a mais benéfica, inclusive para seus próprios interesses que ficariam assim preservados.

O espírito revolucionário deveria, então, ser banido por *todos os homens probos e desinteressados*, na medida em que reconhecessem os meios de cura dados por via de atos

legislativos, *sem abalos, nem revolução*, leis que garantam *a maior soma de gozos possíveis a cada um dos indivíduos que compõem esta nação*:

... por meios de atos legislativos, sem abalos, nem revoluções- sem despojar a ninguém; por meio de melhoras graduadas e transições compassadas... Uma revolução completa nas leis que regulam entre nós o uso e transmissão da propriedade, fora o remédio imediato para o semelhante estado de coisas. (*O Progresso*, Tomo II, p. 548)

A miséria decorrente do aviltamento posto ao homem pelo capital certamente cederia lugar a um estado material compatível com a dignidade humana. As reformas institucionais, por sua vez, promoveriam a reforma do indivíduo, pois o mal não estava na forma de produção em si, mas numa *minoría*, que, ... *senhora em nome da lei, de todos os instrumentos de trabalho, vai depredando a maioria*.

O conteúdo de *O Progresso*, pode-se afirmar, estava afinadíssimo com a realidade de seu tempo. A continuidade da sociedade burguesa, que a revista não condena de forma alguma pois que considera suas distorções fruto da *falsidade das relações estabelecidas entre os homens como produtores e consumidores, na exagerada influência concedida a certos elementos da produção*, dependia das reformas que se fizessem no corpo social. Portanto, contra o mal da revolução, sorratamente penetrado nos espíritos insatisfeitos com suas condições de vida, se usaria o antídoto da nova moral. Preciso era fazer com que os homens entendessem que os males da sociedade não estavam nela própria, mas pertenciam ao âmbito exclusivo das individualidades humanas.

Por isso mesmo a questão com que iniciam a publicação da revista refere-se a ensinar ao povo seus direitos e deveres, principalmente esse último. A inversão a ser produzida pelo pensamento burguês tinha ali seu elemento chave. Se antes, quando do processo engendrado para sua construção, exigia o predomínio do indivíduo sobre o da sociedade, a partir de 1848 a necessidade revelava-se outra. Para a sociedade continuar existindo era fundamental a submissão do interesse de todos ao bem geral.

A implantação das leis do progresso em solo brasileiro, sempre obstado no seu desenvolvimento por forças exteriores à sua vontade, pois sua história condiciona-se à história mundial, portanto, às determinações das nações mais desenvolvidas, encontraria momentos decisivos para sua efetiva adoção. A forma capitalista chegara numa encruzilhada tal ao seu espraiamento que não lhe restara outro caminho senão dirigir-se às antigas colônias, sabendo

de antemão que suas relações com as mesmas não poderiam dar-se nos moldes anteriores, ao mesmo tempo em que sua inserção estava condicionada à criação de certas condições que favorecessem a implantação de seu domínio de classe sob as leis que lhe eram propícias.

Criar essas condições foi tarefa que se dispôs a cumprir a revista. Instruir para o progresso, leia-se, adoção de uma economia efetivamente ligada à forma burguesa de produzir como a realizada nos centros europeus, deve ser entendido como o princípio de suas ações formativas. Para uma sociedade tradicionalmente voltada à produção agrícola para a exportação, patriarcal, inculta, dizimada pelas lutas político- partidárias que impediam o estabelecimento de um projeto de nação em função dos interesses particulares conflitantes, com o trabalho escravo como meio produtor de riqueza e uma imensa maioria de homens livres vivendo no limiar da pobreza, urgia, desenfreadamente, educá-los.

Do sucesso dessa empreitada dependia a burguesia mundial. As infundáveis crises que sacudiam intermitentemente a Europa, anunciavam que não se devia deixar para depois a busca de soluções para um problema que se tornara de natureza estritamente política. No plano externo, portanto, a exigência passava pelo alargamento dos mercados mundiais aumentando, em contrapartida, o consumo. Já no âmbito das relações internas, a solução remontava à duas questões. A primeira estava ligada à necessidade de educar a *massa* de homens livres para o trabalho. A disciplina exigida pela produção burguesa não admitia a sua sujeição à disponibilidade do trabalhador. Antes, era ele quem deveria se sujeitar à rigidez comportamental exigida por uma produção planificada e voltada à produção continuada de riqueza. Para isso tratava-se de instituir uma nova moral: a de que os benefícios materiais só seriam disponibilizados se se adotasse como princípio a ordem, a disciplina, e, fundamentalmente, a aceitação de que o indivíduo, só, não nada representa, realizando-se somente na sua completude quando se tem em vista o benefício de todo o corpo social, lugar de onde o seu particular emana.

A segunda questão tratava de fazer crer aos homens a idéia de que as convulsões sociais eram maléficas a um estado progressista. Consistia em levá-los à desaprovação das disputas políticas, infrutíferas, ao mesmo tempo em que se reafirmava possuir o país um grupo de homens- leia a burguesia nacional em formação- diretamente envolvidos com seu desenvolvimento, ansiando pela implantação das mesmas condições que desfrutava a Europa. Sua proposta era, então, a Conciliação. Que deixassem os homens suas escaramuças e se pusessem a transitar pela senda do progresso. É neste momento em que aquele caminho trilhado por Guizot lá na França de 1848 – o de desenvolver o sentimento cristão que unifica

os homens e os torna efetivamente iguais na responsabilidade com o bem-estar de todos, ganhará expressão e força no interior dos artigos da revista.

Formula-se, assim, a idéia do trabalho enquanto regeneração da humanidade, como elo que ligaria os homens de todos os cantos do mundo num sentimento único, fraterno. Era exatamente essa a idéia mais cara à burguesia, cuidadosamente elaborada para tirar o impacto das palavras finais com que Marx e Engels fecharam o **Manifesto**. Separados por um vasto oceano dos acontecimentos europeus, nem por isso os articulistas de *O Progresso* deixaram de apreender e expressar as necessidades de uma forma de ser dos homens em processo de agonia, confirmados por aquilo que os dois comunistas acima dispõem sobre as idéias de uma época historicamente determinada:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo, e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (MARX e ENGELS, 1986, p. 72)

Em linhas gerais, procurou-se, aqui, estabelecer a relação entre imprensa e educação, através de um objeto aparentemente distanciado daquilo que usualmente consideramos ser demonstrativo do processo educacional. Em síntese, a preocupação que norteou a pesquisa foi demonstrar que a educação campeia ininterruptamente por entre os homens, moldando-lhe a vida e o pensamento, impondo-lhe novos modos e posturas, refinando seus gestos ou embrutecendo-lhe trato, enfim, construindo o homem necessário à época a que se refere. Interessou, portanto, demonstrar a educação enquanto expressão de uma dada prática social, ou seja, a maneira como a sociedade em questão educa seus membros para que possam harmonizarem-se com aquilo que ela constrói e representa.

Exatamente para esse fim a revista *O Progresso* foi inaugurada. Sua tarefa expressou-se em abrir as portas ao capitalismo mundial já em fase de agonia, reafirmando a supremacia da nascente burguesia nacional quando da condução do processo de modernização. Todos os elementos fundantes postos ao seu pensamento e utilizados na composição de idéias que se queria impregnar na cabeça dos homens, só podem ser compreendidos se se leva em consideração esse objetivo. Reformas sociais profundas que permitissem o domínio de uma

parcela ansiosa para dar a sua direção a esse processo, deveriam ser acompanhadas por reformas também profundas na forma de ser dos homens.

Desta forma, falar sobre a ação educativa realizada pela imprensa brasileira no decurso do século XIX, não soa como algo impróprio ao campo da pesquisa educacional, na medida em que o propósito é revelar a forma como a educação necessária a uma classe determinada, dominante, pois, realiza a transição entre a prática e a idéia. Significa, principalmente, revelar como esse objetivo de fazer progredir o Brasil num momento em que as bases fundamentais da civilização burguesa encontravam-se corroídas, exigindo a formulação de um discurso que, se, num primeiro momento, parecia dedicar-se aos problemas nacionais, por outro lado escondia na sua origem a árdua tarefa de construir um pensamento que tirasse a história da vida dos homens, naturalizando a sua forma de produzir a vida, eternizando suas relações, reafirmando o trabalho como elemento unificador dos interesses existentes e cumpridor do papel regenerador dos conflitos e ambições humanas.

BIBIOGRAFIA

MARX, Karl e ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Alfa- Omega, Livro 1, s/d.

_____ **A Ideologia Alemã**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

O *Progresso*. Recife: Imprensa Oficial, 1950.